

# Nem tudo foi perdido

VÁRIOS países da América Latina, e não apenas o Brasil, aceitaram o risco do endividamento externo como preço e medida de suas perspectivas de crescimento econômico. E muitos deles estão agora encontrando saídas para o problema julgado insolúvel, para a dívida pronunciada como impagável. E estão tirando do chavão da "década perdida" a condição de sentença irreversível: nem tudo se perdeu.

O MÉXICO nos oferece o caso típico dessa inversão de expectativas. O país detonou a crise da dívida, que fez os banqueiros internacionais fecharem a guarda, com a moratória decretada em 1982. E de então veio a onda de choque que atingiu primeiro o Brasil — e, um dia naquele final de ano, acordamos insolventes.

ORA, qual é a situação da economia mexicana, na virada da "década perdida"? Com o programa de reformas perfeitamente cumprido desde o lançamento, em 1985, o México passou, da desordem nas finanças públicas, com um déficit que equivalia a pelo menos sete por cento do PIB, ao país de inflação anual contida em

15% e com crescimento do PIB entre quatro e cinco por cento.

ESSA transformação já desponta no Peru que Alberto Fujimori herdou de Alan Garcia: a inflação peruana baixa, mês após mês — foi de 5,8%, em setembro; ao rombo nas contas cambiais sucede a formação de reservas de US\$ 1 bilhão; e a recuperação da credibilidade internacional do país tem a medida dos US\$ 300 milhões em ajuda externa, que Fujimori trouxe de recente viagem à Europa.

O mesmo padrão de endividamento acena para uma só estratégia de superação: a reforma fiscal, a desestatização, a abertura ao capital externo de investimento, a liberalização rápida do comércio, a desregulamentação. Já em 1990, pela primeira vez, em uma década, entrou na América Latina mais dinheiro do que saiu. Quer dizer, o fluxo dos capitais disponíveis não correrá fatalmente, como se temia com pânico faz apenas um ano, para os países do antigo bloco socialista. Correrá para onde se der a capacidade de atraí-lo: para países de políticas econô-

micas estáveis, garantidas por regras que não mudam ao sabor de cada governo.

E É aqui que se compreende a importância de um instrumento político de consulta permanente, para integração progressiva de economias nacionais, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul). O Mercosul parece hoje a soma impossível de heterogêneos: economias desiguais, políticas conduzidas em ritmo descompassado (o Brasil está atrás dos muitos ajustes já realizados na Argentina e no Uruguai). Mas isso só reforça seu lado de instância política das decisões. É possível, por exemplo, que para o Brasil a via mexicana da reforma econômica seja muito mais interessante e operacional que a argentina.

AINDA assim continuará vital o aprofundamento das afinidades e complementaridades dos países membros do Mercosul: por muitas razões ele representa o único plano-piloto da abertura conjunta; e a experiência em escala reduzida a que terá que se submeter a meta de internacionalização da economia, esse imperativo da modernidade.